

JA  
27/8/96  
45  
14

# Prefeitura de Itabira move ação de R\$ 1 bi contra a Vale

ROSELENA NICOLAU

BELO HORIZONTE — As queixas do poeta Carlos Drummond de Andrade em relação à sua cidade natal só agora estão sendo levadas a sério pela prefeitura de Itabira, na zona metalúrgica, onde a Companhia Vale do Rio Doce tem a maior parte das suas jazidas de minério. A Procuradoria Geral do Município deu entrada, ontem, na 1ª Vara Cível, a uma ação de indenização por danos causados ao meio ambiente, no valor de R\$ 500 milhões. Em 15 dias, uma nova ação cobrará da empresa mais R\$ 585 milhões, por prejuízos econômicos verificados nos 42 anos de permanência da Vale na cidade.

O procurador-geral do município, Mauro Márcio de Alvarenga, explicou que a ação por passivo ambiental está amparada na própria Constituição brasileira, que pressupõe como competência da União proteger o meio ambiente e combater a poluição, além de determinar como dever de quem explora o meio ambiente a recuperação da área danificada. Alvarenga admite que a ação foi sendo tramada à medida que a privatização tornou-se um fato quase consumado. "Uma empresa privada não vai ter compromisso com a cidade", teme ele.

**Arrecadação** — A Vale do Rio Doce está em Itabira há 42 anos, onde tem 18 quilômetros de mina a céu aberto. A estatal é responsável por R\$ 3,2 milhões da arrecadação de R\$ 4 milhões do município. "Será muito difícil substituir a arrecadação da Vale", afirma o prefeito Olímpio Pires Guerra (PDT), antevendo o difícil futuro da cidade após a exaustão das minas, prevista, segundo ele, para

os próximos 25 anos.

A ação por danos causados ao meio ambiente foi distribuída ontem mesmo para o juiz Sérgio Abdalla Sêmiao. Nela, o município reivindica, além da indenização, a recomposição imediata do complexo ecológico da cidade e do Pico do Cauê (que tinha 1.350 metros e foi transformado numa cratera de 350 metros de profundidade, segundo a prefeitura), o replantio da cobertura primitiva, a descontaminação do solo, o restabelecimento da rede de drenagem e a recuperação dos mananciais assoreados, além da prevenção de futuros danos.

**Cobaias** — De acordo com o procurador-geral, a estatal, apesar de ter realizado algumas ações para proteger o meio ambiente, nunca efetivou projetos nesta área. "Fomos cobaias para a Vale", ressalta, afirmando que em Carajás, por exemplo, a empresa tem tido cuidado. Uma ação cível pública, na década de 80, obrigou a estatal a recuperar áreas degradadas, mas, segundo o procurador, a Vale não cumpriu todas as determinações judiciais.

A ação da prefeitura está amparada também em estudo feito pelo economista Cláudio Gontijo que, contratado há um ano, demonstrou os prejuízos ambientais e econômicos que a Vale causou à cidade.

Por estratégia jurídica, Alvarenga decidiu que uma nova ação contra a Vale será impetrada no prazo de 15 a 20 dias. Neste caso, a prefeitura estará cobrando da estatal mineradora um retorno financeiro pelos problemas econômicos causados durante quatro décadas e também uma indenização pelo fato de a empresa não

ter preparado a cidade para quando a exploração de minério acabar.

**Polêmica** — Esta é uma ação com teor mais polêmico, admite Alvarenga, já que não existe qualquer ação semelhante no país até hoje. "Não temos jurisprudência, nem doutrina", explica ele, por isso a primeira ação proposta será declaratória — na qual o juiz resolve se o município tem ou não o direito de encaminhar tal ação.

"Quando a Vale chegou, Itabira tinha três bairros, 20 mil habitantes. Hoje somos 100 mil habitantes. Giramos em torno da empresa, quando ela sair daqui podemos virar uma cidade fantasma". O prefeito Olímpio Guerra acredita que apenas um fundo de caixa, que seria formado por estas indenizações, seria capaz de salvar a cidade do caos.

De acordo com o prefeito, em Itabira a Vale gera cerca de R\$ 900 milhões/ano. "Recursos que foram tirados de nossa riqueza", afirma. Ele calcula que nos 42 anos de existência da empresa na região, foram extraídas 1,1 bilhão de toneladas de minério. "O que estamos pedindo é menos de R\$ 1 por tonelada", justifica Olímpio Guerra. Para ele, a privatização da empresa mostrou o caminho que a administração deveria seguir. "Outros prefeitos não tiveram coragem de cobrar pelo prejuízo. Não posso cair no mesmo erro".

**Citação** — A Vale afirmou que a empresa aguardará citação para se pronunciar sobre o assunto. A justificativa é de que a estatal não conhece devidamente as alegações da prefeitura. Entretanto, a assessoria garante que a empresa sempre cumpriu com as exigências legais em relação ao meio ambiente.